

AS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES COM A PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA NAS TESES DO IMPERIALISMO DE KAUTSKY E BUKHARIN¹

Vinícius Vieira Pereira²

SESSÕES ORDINÁRIAS

ÁREA 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

SUBÁREA 1.2. História do Pensamento Econômico

Resumo

A partir das contribuições de dois importantes teóricos marxistas do imperialismo, Karl Kautsky e Nikolai Bukharin, bem como de toda herança que guardam das ideias originárias de Marx, entender como eles pensavam acerca da divisão desigual do mundo no início do século XX, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças econômicas, políticas e sociais, buscando, nesses autores, a presença de elementos que, já naquele momento, indicavam a percepção de uma clara polarização do sistema capitalista em um centro, industrializado e rico, e uma periferia, pobre e retardatária, argumento que dominará as discussões desenvolvimentistas algumas décadas depois. A era do imperialismo apresenta-se, então, como o pano de fundo, o cenário que, no mínimo, levou pensadores de diferentes correntes ideológicas a debaterem a divisão territorial do mundo entre as potências industrializadas no período compreendido entre 1870 e 1914, e suas consequências para o desenvolvimento econômico dos demais países do sistema mundial.

Palavras-chave: *imperialismo, centro-periferia, marxismo, desenvolvimento, subdesenvolvimento*

Abstract

From the contributions of two important Marxist theorists of imperialism, Karl Kautsky and Nikolai Bukharin, as well as the entire heritage that keep the ideas originating from Marx, to understand how they thought about the unequal division of the world in the early twentieth century, with regard to the development economic forces, political and social, seeking the presence of elements that already at that time, indicated the perception of a clear polarization of the capitalist system in a center, industrialized, rich, and a periphery, poor and backward, argument that will dominate discussions developmental some

¹ Extraído do capítulo primeiro da tese, em elaboração, no curso de doutorado realizado junto ao Cedeplar/UFMG.

² Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, e doutorando em Economia pelo CEDEPLAR-UFMG. E-mail para contato: vinieco@terra.com.br; vinieco@cedeplar.com.br.

decades later. The era of imperialism presents itself, as the backdrop that took thinkers from different ideological currents to discuss the territorial division of the world among industrialized powers in the period between 1870 and 1914, and their consequences for the economic development of other countries in the world system

Tags: *imperialism, center-periphery, marxism, development, underdevelopment*

1. Um debate introdutório sobre a existência, ou não, de um imperialismo capitalista

Como assevera John Hobson (2006) logo no prefácio de seu estudo sobre o Imperialismo, tratava-se de investigar com maior profundidade o significado do termo que estava “na boca de todo mundo”. O fato de políticos, estudiosos e o povo em geral usarem a expressão levou o autor a considerar o Imperialismo, “o movimento mais poderoso da atual política do mundo ocidental”. Por seu turno, Paul Sweezy (1961) afirma que qualquer teoria de desenvolvimento do capitalismo que não examine profundamente os fenômenos do imperialismo e da guerra será uma teoria incompleta. Para Frank (1970, p. 84), o imperialismo, entendido como um tipo determinado de relação entre a metrópole ou seus membros e a periferia do sistema capitalista, deve assim ser investigado e compreendido, sob pena de não compreendermos o nosso passado, presente e futuro.

É fato que o tema não se restringia ao debate teórico. O imperialismo era um fenômeno real, existia na prática, haja vista o momento de intensa partilha territorial do mundo³ entre alguns

³ Lenin (2011, p. 200) apresenta quadro extraído de A. Supan, Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien, 1906, para mostrar o avanço das posses de colônias, exceto zonas de influência:

% DE TERRITÓRIO PERTENCENTE ÀS POTÊNCIAS COLONIAIS EUROPEIAS E AOS EUA			
	1876	1900	DIFERENÇAS
Na África	10,80%	90,40%	79,60%
Na Polinésia	56,80%	98,90%	42,10%
Na Ásia	51,50%	56,60%	5,10%
Na Austrália	100%	100%	0
Na América	27,50%	27,20%	0,30%

Além disso, Hobson (1902) apresenta uma enorme gama de dados empíricos que comprovam a expansão territorial capitalista, na qual se inclui o estudo de Mr. H. C. Morris (History of Colonization. In: Statesman's Year Book), de 1900. Nele, pode-se observar que a área compreendida pelas potências e suas possessões cresceu assustadoramente entre 1884 e 1900:

Aumento territorial e populacional das potências por anexação de colônias e dependências no período de 1884 a 1900		
	Área (milhões de milhas quadradas)	População (milhões de habitantes)
Grã Bretanha	3,71	57,43
França	3,58	36,55
Alemanha	1,03	16,69
Bélgica	0,9	30
Portugal	0,8	9,2

No mesmo estudo, John Hobson apresenta ainda a ampliação excepcional dos gastos militares realizados pelas grandes potências Europeias de 1870 a 1898, o que comprova a tendência imperialista. Incluindo Grã-Bretanha,

poucos países que experimentavam o desenvolvimento de sua produção de manufaturados. Manufatura talvez seja aqui apenas uma figura de linguagem, pois tratava-se do momento em que a produção material em bases capitalistas apresentava ao mundo as associações capitalistas em torno dos trustes e cartéis como as maiores e mais potentes criadoras e reprodutoras de mercadorias. Comum no vocabulário político e jornalístico da época, para muitos o imperialismo denotava algo digno de orgulho. Nações que praticavam o imperialismo podiam, num só golpe, resolver graves tensões internas, como defendia Sir Cecil Rhodes, lorde inglês e ministro da Colônia do Cabo, na África do Sul⁴, como ainda levar civilização, cultura e desenvolvimento às “raças” inferiores dos colonizados. Logo, a diplomacia ou as forças armadas deveriam atender a esse duplo propósito.

Havia certa concordância política e econômica quanto ao fato de que a necessidade de matérias-primas e a garantia de mercados consumidores para os produtos das fábricas metropolitanas eram de suma importância para a manutenção do ritmo de crescimento econômico das principais economias industriais. Barbosa (2009), realizando uma pesquisa teórica em torno do conceito de imperialismo, afirma que a primeira aparição do termo remonta ao final do século XIX, mais especificamente, ao ano de 1898, em um ensaio publicado nos EUA e intitulado “As bases econômicas do imperialismo” de autoria de Charles Conant, no qual o autor defendia a essencialidade do imperialismo como mecanismo de absorção dos excedentes de capital, dada a escassez das possibilidades de investimentos, o que gerava volumes de “capital congestionado”, nas palavras do autor.

“Esse novo movimento (imperialismo) não é um assunto de cunho sentimental. É resultado de uma lei natural da economia e do desenvolvimento racial. Os grandes povos civilizados têm, ao seu comando, os meios de desenvolver as nações decadentes do mundo. Esses meios, em seus aspectos materiais, são os grandes volumes de capital poupado os quais são resultado da produção industrial.” (Conant, 1898, p. 2, tradução livre).

Portanto, na pré-história da concepção centro-periferia, a divisão do mundo entre exportadores e importadores de capital, ricos e pobres, povos superiores e inferiores, civilizados e decadentes, recebia uma conceituação bastante próxima de império e colônia.

França, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália, os gastos com equipamentos militares saltam, nesses dezoito anos, de 88,7 para 175 milhões de libras esterlinas (HOBSON, 1902).

⁴ Em discurso proferido em 1895, esse nobre imperialista inglês e um dos ícones da guerra anglo-boer afirmou: “Ontem estive no East-End e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados, cuja nota dominante era: pão! pão! E ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo. A ideia que acalento representa a solução do problema social. Para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido e uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles, enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos de nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.” (Lenin, 2011, p. 204)

Não obstante, existiam os que acreditavam que o imperialismo, enquanto processo histórico característico das sociedades capitalistas estava sendo supervalorizado no que diz respeito às suas consequências econômicas e sociais, logo, não existia um problema a ser analisado. Landes (1996, p. 485-495), analisa a história colonial e pós-colonial de algumas nações na África, Ásia e Ilhas do Pacífico, para concluir que, num balanço de vencedores e perdedores, não se pode culpar o imperialismo pelo subdesenvolvimento das nações. Ao contrário, para ele várias evidências comprovam o contrário, que muito do sucesso pós-colonial depõe a favor da racionalidade econômica da administração herdada do período colonial.

Para alguns defensores do liberalismo, por exemplo, muita atenção estava sendo dispensada ao desenvolvimento natural das trocas internacionais que expandiam a economia capitalista para os quatro cantos do planeta, levando mais benefícios às zonas atrasadas do que às metrópoles industriais. O livre comércio, mesmo entre metrópole e colônia, não podia ser identificado com qualquer relação desigual, mas, ao contrário, um comércio voluntário, ainda que tenha exigido inicialmente o uso da força na sua fase colonial, não se torna “uma exceção ao princípio da vantagem para todos” (Hicks, citado por Brown, 1978, p. 26).

O barão britânico Lionel Robbins, em 1935, afirmava que a elevação ou não do padrão de vida de um país dependeria de sua adesão ou não ao livre comércio e não ao fato de possuir ou não colônias (ROBBINS, 1938, p.124). Nesse sentido, o imperialismo nada significava. Enquanto isso, Joan Robinson via o imperialismo como resultado de uma compensação moral à acumulação. Atribuindo a culpa pelo subdesenvolvimento aos próprios países subdesenvolvidos, cuja população não parava de crescer e cujos capitalistas não se incomodavam com a preservação de um exército de reserva em taxa crescente (ROBINSON, 1981), e utilizando uma defesa tipicamente keynesiana da ânsia de “ganhar dinheiro como a motivação suprema no sistema capitalista” (Brown, 1978, p. 36), Joan Robinson defendia que apesar das nações “capitalistas-imperialistas” terem sido obrigadas a guerrear e conquistar para criarem um ambiente propício à produção e extração de riquezas era necessário que o ganho do dinheiro pelo dinheiro fosse elevado a uma categoria superior das faculdades humanas, impossível de ser alcançada apenas com base na acumulação. Era necessário que os capitalistas despontassem como benfeitores da sociedade e, portanto galgassem o *status* de *gentlemen*, provedores da civilização cristã às terras bárbaras (ROBINSON, citada por BROWN, 1978, p. 36-37). Essa seria a função do movimento imperialista, servir de base moral à ânsia de ganhar dinheiro.

No entanto, interessa-nos aqui abordar a questão da expansão imperialista do capitalismo a partir de um prisma que explique a produção da relação de desigualdade presente na

configuração centro-periferia e não, que a negue. Parte-se da premissa de que o imperialismo existiu e deixou profundas mudanças estruturais e institucionais⁵, tanto nos países desenvolvidos (imperialistas) como nas regiões atrasadas (colonizadas), tendo influído, inclusive, na conformação de um sistema polarizado entre centro e periferia, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse sentido, Magdoff (1972, p. 26) afirma que o imperialismo não é uma questão de escolha política, mas sim, o modo de vida necessário da sociedade capitalista desenvolvida, enquanto para Frank (1970, p.83), no estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalistas, está fora de questão tratar sequer da existência de capitalismo sem imperialismo e de imperialismo sem capitalismo.

2. As Primeiras Preocupações com a Periferia do Sistema

O período que se estende de 1871 a 1914, de acordo com Lenin (1984, p. 2) foi de uma realidade dúplce do sistema capitalista. Enquanto significou, para “os mais adiantados países da Europa”, ou pelo menos para um décimo de sua população, paz, prosperidade e expansão “pacífica” (entre aspas também no original) por sobre os “imensos territórios e países ainda não arrastados para o torvelinho do capitalismo”, para os povos das colônias e países atrasados, bem como para os outros nove décimos da população dos próprios países mais avançados, o capitalismo era sinônimo de “opressão, torturas e horrores”.

A importância dessa observação reside no fato de que certa atenção passa a ser dispensada aos efeitos do imperialismo sobre as regiões subjugadas, i.e., às condições de vida e à realidade das “colônias e países atrasados” (ibidem, p. 4). Apesar de ainda não significar o início de um tratamento sistemático da questão do desenvolvimento capitalista das regiões mais pobres do planeta, os malefícios que a onda de expansão imperialista provocava sobre essas áreas economicamente atrasadas, sob o ponto de vista do modo de vida predominante nas economias europeias, começam a ser relevados e avaliados. Especialmente se considerarmos que em seu conjunto, os autores de influência marxista que à época se debruçaram sobre o tema relacionavam o imperialismo um determinado estágio do desenvolvimento do capitalismo, bem distinto, portanto, da visão de distúrbio, ou patologia, predominante em John Hobson⁶, ou do caráter atávico presente no argumento de Joseph A. Schumpeter⁷.

⁵ Cf. Hobsbawm (2010, p. 80 et seq.); Para dados de exportação de mercadorias e capitais e suas consequências, ver Magdoff (1972).

⁶ Para John Hobson, o imperialismo representava um problema do capitalismo causado pela extrema concentração da renda, que tornava ociosos grandes volumes de capital nas mãos de poucos capitalistas gerando excesso de poupança, deficiência de demanda efetiva e necessidade política e econômica de buscar novos investimentos lucrativos no exterior. Cf. Hobson (2002; 2009)

Se toda formação social histórica exige uma forma determinada de expansão e desenvolvimento, para os primeiros teóricos marxistas do imperialismo ver-se-á que a forma utilizada pelo capitalismo, em uma determinada fase de maturidade, não está muito longe da teorização de Marx acerca dos primeiros movimentos do colonialismo, a de transformar áreas não capitalistas em capitalistas, destruindo relações de produção que não as baseadas no trabalho assalariado e, desta forma, forçando uma classe de operários a produzirem valor muito além das suas necessidades vitais, afetando objetivamente a estrutura social vigente nessas regiões.

2.1. A herança de Marx: imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento

Enquanto Brown (1978, p. 53) afirma que não há em Marx uma teoria específica sobre o imperialismo, Löwy (1998, p. 2) defende que, por ter escrito antes da era imperialista, Marx não podia dar conta de um problema que estava ligado diretamente à expansão mundial do capital. No entanto, Marx antecipa dois argumentos que, além de influenciarem toda uma vertente de pensadores, constituem-se como chave para os objetivos desta parte de nosso trabalho: primeiramente, indissociável de seu método de análise⁸, a ideia acerca do caráter contraditório, desigual e desequilibrado do processo de desenvolvimento da acumulação de capital; em seguida, a ideia de que a expansão do capital não obedece quaisquer limites ou obstáculos impostos por fronteiras geográficas ou políticas, pois “o próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina os empecilhos que ele temporariamente cria” (Marx, 1983b, p. 192);

Marx entendia que a dialética presente na esfera material das sociedades tencionava pela expansão das forças produtivas contidas na natureza, até o momento em que estas forças já não mais satisfaziam a promoção das relações de propriedade burguesas (Marx e Engels, 1998), tornando-se assim, por demais poderosas para as relações sociais de produção vigente, gerando

⁷ Para Joseph A. Schumpeter, o imperialismo era uma anomalia e deveria ser tratado como reminiscências de uma era passada, típica da era mercantilista e produto da sobrevivência de práticas e mentalidade herdadas das monarquias absolutistas do século XVIII. A orientação para a guerra, ao contrário da paz e da liberdade burguesas, é “elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado” assim como as tendências imperialistas. Portanto, o imperialismo tinha um caráter atávico. Cf. Schumpeter (1961).

⁸ A dialética do concreto, do real, e a análise histórica do progresso material das forças produtivas das sociedades humanas, ao abandonar a concepção idealista hegeliana da história, levam à percepção de que a dinâmica do desenvolvimento social é resultado das contradições e antagonismos existentes nas condições materiais que dominam no seio da própria unidade analisada. Assim, contradição entre interesse privado e coletivo resultante da própria forma de divisão do trabalho, entre produção social e acumulação privada, entre Capital e Trabalho, o antagonismo existente entre sociedade e Estado de classe são próprios de uma específica estrutura social que prevalece em um determinado tempo histórico do desenvolvimento da humanidade. Por isso a categoria mais simples da análise já traz em si o germe da mais desenvolvida delas. Logo, o desenvolvimento desequilibrado, desigual, contraditório do capitalismo não é senão a forma de existir desse modo de produção. Sobre o método de Marx em sua crítica à economia Política, sugerimos: Marx (2007, Prefácio e Introdução); Marx e Engels (1998; 2011a, primeira parte); Engels (2007); e ainda, Kosik (1976) e Grespan (1998).

conflitos constantes. Novos arranjos e, com eles, novos núcleos de poder econômico e político se desenhavam a partir da luta de classes, levando à superação dessa forma de organização produtiva da sociedade.

Portanto, cada época específica do desenvolvimento da humanidade deve ser entendida com base nas contradições que imperam na vida material, ou pelo “conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (2007, p.46), ou relações de propriedade. Por isso, para Engels (1975, p. 22), superprodução e miséria das massas devem ser analisadas como causas uma da outra, ou como fruto da contradição imanente de uma sociedade cujos indivíduos trabalham, produzem e se relacionam não como resultado de um processo que busca a satisfação das necessidades coletivas, ou que visa a emancipação dos seus componentes, mas movidos, essencialmente, por interesses econômicos.

Além disso, Marx percebe que a acumulação do capital e a forma como se fundamentava a proletarianização da força de trabalho faziam do capitalismo um modo de produção mundial, adiantando-nos, pois, a vigência de uma divisão internacional do trabalho que conformava um núcleo de exploradores e uma grande massa de explorados. O ponto de partida do capitalismo se mostra, então, como sendo o mercado mundial, que se estabelece na generalização da mercadoria e na confrontação do capital-dinheiro com outras formas de produção que não apenas a baseada no trabalho assalariado.

Assim, a ideia de que a lei do valor tende necessariamente a avançar, movida por antagonismos, sobre a mais vasta região do globo construindo verdadeiras arenas para a valorização do capital em escala ampliada ronda grande parte da obra de Marx. Seja quando trata da concentração e centralização dos meios de produção social, o monopólio, como consequência da própria dinâmica da concorrência capitalista em seu processo de acumulação de capital (MARX, 1983b, p. 187 et seq.); quando apresenta suas teorias da colonização como fenômeno imanente da expansão capitalista (MARX, 1983b, p. 295 et. seq.) levando a efeito uma divisão social do trabalho em escala mundial; quando seleciona o comércio exterior e o aumento do capital por ações como causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1984b, p. 180-182); como parte integrante e necessária da dinâmica da produção da maquinaria na grande indústria, haja vista a importância decisiva do momento em que a “máquina conquista seu raio de ação” visando “os extraordinários lucros que ajuda a produzir” (MARX, 1983b, p.63); como força expansionista imanente ao modo capitalista de produção, que necessita ampliar sua área de atuação por meio da produção de capital com a finalidade de produzir mais capital conformando hegemonias ou centro de gravidade em torno do qual a economia mundial orbita (MARX;

ENGELS, 1976). Por isso perceberemos que entre os teóricos marxistas do imperialismo há uma tendência dominante de se procurar compreender este processo não como um movimento autônomo, ou um problema provocado por forças exógenas e que de alguma forma se infiltra no sistema capitalista, como em Hobson e Schumpeter, mas de percebê-lo como tendência própria e necessária da expansão da acumulação de capital.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998) já mostravam a patente necessidade do capital de ampliar-se por sobre a mais vasta área mundial possível, haja vista a necessidade da burguesia de expandir-se sobre todo o globo terrestre, com o intuito de fazer novos contatos, de escoar seus produtos, de instalar suas bases industriais, de buscar matérias-primas, em suma de se livrar do isolamento e dos particularismos locais característicos da sociedade feudal que ela lutara para exterminar. A partir daí, avança da mercadoria à forma dinheiro, em especial, ao dinheiro mundial. “É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito” (MARX, 1983a, p.119).

A vocação do capital era transformar o mundo na mais vasta área para a valorização do capital, ainda que continuassem a coexistir, simultaneamente, num ou noutro canto, ou amiúde em alguns setores produtivos, relações econômicas baseadas em tipos não capitalistas, ou pré-capitalistas. Essa expansão, em busca da apropriação de novos territórios econômicos é tratada com bastante especificidade quando Marx (1977, p. 286-297) analisa os resultados da dominação britânica sobre as Índias. Para ele, a Inglaterra operava a aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia. E ainda, que os britânicos eram os primeiros conquistadores superiores e consequentemente inacessíveis à civilização hindu, destruindo assim as comunidades nativas, extirpando-lhes a indústria e nivelando tudo o que era grande e superior naquela sociedade. Nesse sentido alerta para o fato de que as Índias só recolheriam os frutos dos elementos semeados pela burguesia se uma revolução operária capitulasse o capitalismo na Inglaterra ou se os hindus se tornassem fortes o suficiente para rejeitarem o jugo inglês e assumirem os rumos de seu desenvolvimento.

Dois importantes elementos se elevam a partir dessa análise. A ideia de um centro econômico hegemônico, que no decorrer do tempo histórico sofre mudanças substitutivas, em torno do qual gravitam suas diversas zonas de influência, argumento este tratado em um artigo apresentado na Gazeta Renana, em fevereiro de 1850, sob o sugestivo título de *Deslocamentos do Centro de*

*Gravidade Mundial*⁹. E a concepção de que o desenvolvimento capitalista das nações atrasadas dependia da implementação de um processo produtivo autônomo e pautado na industrialização, haja vista a “enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial” (1983b, p. 64).

Uma vez que a vida da indústria era uma sequência que alternava períodos de “vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação” (ibidem, p. 63) e como a dinâmica baseava-se em produzir de maneira febril até a saturação dos mercados, era essencial ao capitalista lutar pela sua maior participação em meio à concorrência. Logo, a parte que caberia a cada capitalista individualmente estava “numa relação direta com a barateza do produto”, o que dependia do aumento da produtividade do trabalhador. A indústria, como o celeiro do progresso técnico aplicado aos meios de produção, capaz de arrancar o maior sobre-produto do operário, garantia a esse setor a predominância no processo de acumulação. Além disso, acrescenta que quanto mais tempo levasse esse processo de constituição e desenvolvimento de uma indústria própria, maiores as dificuldades para um país se libertar do domínio e da subjugação de outrem.

“A única probabilidade dos países civilizados da Europa não caírem, em relação ao EUA, na mesma dependência industrial, comercial e política em que se encontram a Itália, a Espanha e Portugal modernos é iniciarem uma revolução social que, enquanto ainda é tempo, adapte a economia à distribuição segundo as exigências da produção e das capacidades produtivas modernas, e permita o desenvolvimento de novas forças de produção que assegurem a superioridade da indústria europeia” (MARX, 1976, p. 137)

Portanto, Marx toma o devido cuidado de alertar para a ideia de que quanto antes um país inserir-se na concorrência industrial mundial regida pela acumulação de capital, maiores as suas chances de se livrar da condição de subordinado do sistema. As relações capitalistas, que alcançavam sua forma mais desenvolvida na grande indústria, uma vez dominantes na economia mundial, acabavam por definir o lugar e a importância que uma forma social distinta teria para o todo. Mas, ressaltando-se que o fato de se desenvolver industrialmente significava, antes de amainar, impressão que poderia resultar da análise superficial do fenômeno, ampliar os antagonismos de classe gerados pelo processo de acumulação seja para a região específica, bem como para a totalidade do sistema. Além disso, se em algumas áreas o processo pode ser cumulativo e levar ao desenvolvimento, em outras pode significar bloqueio (Brown, 1978, p. 64), afinal, como sabemos, o desenvolvimento histórico não segue um padrão linear e positivo em Marx.

⁹ Naquele momento, observando toda a euforia causada pela corrida do ouro na Califórnia, e os rendimentos que aquelas mágicas minas prometiam, Marx antecipava que estava a ocorrer, nas Américas, o início de um processo de deslocamento do centro de gravidade da economia mundial um novo descobrimento, mais importante que o próprio descobrimento das Américas, e que, em breve, faria de Nova York e San Francisco o centro do mundo, assim como, outrora, haviam sido Inglaterra, Gênova e Veneza e, na era antiga, Alexandria (MARX & ENGELS, 1976).

Para Marx (1983b, p. 63-64), o que ocorria era a criação de “nova divisão internacional do trabalho adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção agrícola para o outro campo preferencialmente industrial”, este último, o centro do sistema. Na opinião de Brown (1978, p.50), esta foi a mais clara referência feita por Marx ao processo recíproco, concomitante, de geração de desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente, pois essa divisão internacional do trabalho se efetivava via processos que se interconectavam.

Pode-se deduzir então, que os países coloniais ou semi-coloniais, “países estrangeiros” (ibidem, p. 65), desempenhavam funções específicas para os centros industriais dominantes, como receptáculos dos excedentes de trabalhadores dos centros industriais e como fornecedores de alimentos e matérias primas necessários às metrópoles. Como exemplos dados por Marx, os EUA e a Índia foram obrigados a produzirem algodão, enquanto a Austrália, lã, para a indústria inglesa¹⁰. Estavam, portanto, determinados o lugar e a importância dessas áreas e das relações que lá imperavam, para a acumulação de capital que se operava em escala mundial.

Para que as colônias se tornassem áreas capitalistas era necessário que os produtores locais, nativos ou imigrantes, que produziam e acumulavam para si mesmos, porquanto proprietários de seus próprios meios de produção, fossem expropriados por hordas de capitalistas. Marx afirmava que a profunda hipocrisia e a barbárie próprias da civilização burguesa, apesar de assumirem formas respeitáveis em sua terra natal “se desnudam e se mostram sem véus nas colônias” (MARX, 1977, p. 296).

Não obstante, o avanço da exportação de mercadorias e capitais para investimentos nas colônias, a expansão do crédito e do capital a juros e o advento dos grandes monopólios industriais, elementos indispensáveis para a análise do imperialismo capitalista e o entendimento da conformação de um sistema polarizado entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se fundem para explicar como o comércio exterior e o subsequente aumento do capital por ações atuariam como causas contrariantes da lei tendencial da queda da taxa de lucro (MARX, 1984b, p.180-182). “Capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada”, pois nas colônias, o capitalista do país adiantado concorre com mercadorias que lá são

¹⁰ A partir de dados extraídos de um relatório parlamentar de fevereiro de 1867, em atendimento à solicitação da Câmara dos Comuns, Marx ainda demonstra que, de 1846 a 1865, as exportações de lã, algodão, farinhas, grãos variados, como trigo, feijão, ervilha, milho, aveia, etc., dos EUA, Índia, Cabo da Boa Esperança e da Austrália, com destino à Grã-Bretanha multiplicaram-se de cinco a dez vezes, ou mesmo quinze vezes, dependendo do produto e da região. Isso o levou a afirmar que “(...) não há dúvida alguma (...) que a marcha acelerada da fiação de algodão promoveu de modo artificial a plantação de algodão nos Estados Unidos (...)”. E mais, que “o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos é, ele mesmo, um produto da grande indústria (...) inglesa. Em sua atual configuração (1866), precisam ser ainda considerados uma colônia da Europa” (Marx, 1983b, p. 63-64).

produzidas com menores facilidades, dado o menor desenvolvimento das técnicas produtivas, o que o possibilita a venda acima do valor individual de sua mercadoria. Recebe, portanto, mais trabalho em troca de menos trabalho¹¹, argumento que será retomado em sua essência, por Nikolai Bukharin, como veremos mais adiante neste trabalho.

Para Marx, se o comércio exterior esteve na gênese do modo de produção capitalista, sua ampliação torna-se condição de seu próprio progresso, dado que a necessidade de mercado sempre mais amplo é produto da acumulação. Vejamos, portanto, como alguns teóricos se apropriam dos argumentos propostos por Marx e constroem as bases de uma teoria marxista do imperialismo capitalista, decisiva para se entender, na visão desses autores, a existência de uma polarização do mundo entre ricos e pobres. Nesse nosso estudo, trataremos das contribuições de Karl Kautsky e Nikolai Bukharin.

3. Karl Kautsky e a dicotomia do desenvolvimento: indústria e agricultura

Desproporção entre os setores produtivos e crises recalcitrantes. Karl Kautsky considerava o desenvolvimento do capitalismo como que marcado pela desproporcionalidade. Por isso, a sociedade cuja estrutura material se assenta em bases capitalistas está sempre exposta a crises econômicas, crise cuja solução cria, de imediato, as pré-condições para outra. Tal desproporção pode ser explicada pelo avanço mais acelerado do setor industrial do que o observado no setor agrícola. Essa dicotomia entre industrial e agrícola marca o argumento do marxista checo que, após a morte de Engels, em 1895, pôde ser considerado o mais influente conhecedor das obras de Marx, o qual conheceu pessoalmente na Inglaterra, em 1881. Amigo de Engels, fundador do periódico *Die Neue Ziet* na Alemanha, Kautsky foi o seu editor desde o momento de sua fundação, em 1883, até 1914. Tendo se filiado ao Partido Social Democrata da Áustria, quando viveu em Viena, Kautsky sentiu, na pele, todo o conflituoso debate teórico entre as alas que dividiam o Partido no início do século XX.

Apesar de toda ortodoxia marxista presente originariamente em seu pensamento, sua dedicação à causa operária e à percepção da inevitabilidade da superação da ordem capitalista que chegava até mesmo a descartar como utópica qualquer transição não revolucionária ao socialismo¹², a partir de finais da década de 1910, especificamente em seu texto *O caminho do poder*, de 1909, Kautsky procura “adequar os princípios gerais de sua estratégia” (MUSSE, 2005, p. 163). Toma

¹¹ Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx se expressa claramente sobre o tema, sem deixar de pontuar que a exploração na produção pode ser obnubilada pelas trocas: “três dias de trabalho de um país podem ser trocados por um único dia de trabalho de outro... Nesse caso, o país rico explora o pobre, mesmo que este ganhe através da troca” (Marx, 1980, p. 478, citado por Brown, 1978, p. 63).

¹² Cf. Musse (2005, p. 160-162)

então uma posição centrista, revisionista da obra de Marx, dentro do partido social-democrata e adere a uma visão evolucionária do socialismo, posicionando-se contrariamente às alas mais radicais dos sociais-democratas, entre as quais estava Rosa Luxemburgo, além de, anos mais tarde, criticar veementemente a opção política bolchevista na Revolução Russa (KAUTSKY, 1919), o que lhe custou o título, em tom de crítica, de “revolucionário inimigo da revolução” (LENIN, 1977). Nesse sentido, o perfil teórico e ideológico do editor do quarto volume d’O Capital, considerado um dos maiores conhecedores da teoria marxista, conseguiu reunir o lado revolucionário e o lado reacionário desse movimento, pois enquanto especialista teórico em marxismo podia passar-se pelo mais ortodoxo dos marxistas, mas o lado revolucionário dos seus ensinamentos, apesar de ter durado até por volta de 1910, jamais sobressaía como tal (MATTICK, 1939).

Durante os anos de 1914 e 1915, período durante o qual Kautsky escreve seus principais artigos acerca do imperialismo, o clima é de tensão, especialmente no que diz respeito às duras críticas endereçadas ao Partido Social-Democrata alemão pelos marxistas radicais. A principal questão pairava em torno do colapso do capitalismo. Seria aquele momento de imperialismo explícito um prenúncio do fim da economia de mercado? Estaria batendo à porta o modo socialista de produção? As necessidades sociais, e não as do mercado tornar-se-iam o objetivo da produção social? Haveria de ter chegado o momento histórico de superação do capitalismo? Um regime socialista colocaria fim, num só golpe, a todas as empresas privadas, independentemente do nível de desenvolvimento de cada Estado capitalista? Os níveis alcançados pelas técnicas de produção já permitiam garantir a todos os trabalhadores salários mais elevados, bem-estar e tempo livre capazes de promover uma autêntica emancipação do proletariado enquanto classe, missão maior da social-democracia? A guerra indicava o fim do capitalismo ou apenas do imperialismo? Kautsky estava plenamente convencido¹³ de que, se existia um nível historicamente necessário como condição para o socialismo, tal nível já havia sido alcançado. A construção de um modo de produção socialista poderia emergir das estruturas que o próprio desenvolvimento capitalista havia criado. A concentração do capital das empresas privadas, as cooperativas, as empresas comunais e estatais indicavam, para ele, que a estrada para esse novo

¹³ Em debate com Cunow, teórico marxista que criticava os quadros moderados da socialdemocracia alemã pela posição centrista adotada, entre os quais se encaixava Kautsky, este afirma que um mínimo requerido de condições objetivas para o advento do socialismo já havia sido alcançado. As condições subjetivas, a outra face da questão, constituíam o elemento mais difícil, pois tratava-se de desacreditar no modo capitalista de produção, mas desde que tal descrença partisse não das classes adversárias naturais do capitalismo, os assalariados, mas também daqueles que, não interessados na exploração capitalista, estejam sofrendo direta ou indiretamente com o desenvolvimento dessa forma de reprodução social, como os intelectuais, a pequena burguesia e mesmo os pequenos capitalistas, em suma, a classe média. (KAUTSKY, 2009b, p. 486-488)

modo de produção já estava sendo aplainada e que um regime socialdemocrata já poderia “naturalmente” instaurar a produção socialista. (KAUTSKY, 2009b, p. 483).

Por outro lado, existia, na visão de Kautsky, a alternativa de que uma política internacional que emergisse do pós-guerra e inaugurasse, por meio do desarmamento e de uma paz duradoura, “uma nova era de esperança e expectativas no interior do capitalismo” poderia adiar, por tempo indefinido, tanto o colapso econômico como o colapso moral desse sistema. A essa política internacional, que substituiria o imperialismo e uniria as nações imperialistas mais poderosas, denominou de superimperialismo, ou ultraimperialismo. Um tipo de cartel internacional formado por capitalistas industriais e financeiros dos países mais fortes e seus poderes de Estado. Uma “federação dos mais fortes” que faria todos renunciarem às armas. Tal fase seria marcada pela reconquista de um capitalismo pacífico¹⁴, uma vez eliminados os conflitos beligerantes causados pela corrida expansionista imperialista. Este, de acordo com Kautsky (2004), apesar de tão ou mais perverso para a classe do proletariado do que o imperialismo vigente, poderia prolongar a sobrevivência de um sistema que se imaginava moribundo.

Percebe-se em Kautsky, que suas ideias mais amplas, mais desenvolvidas, são expansões de um mesmo argumento em escala mais restrita. Por isso, o corte que separa as nações ricas, ou industriais, daquelas pobres, ou agrárias é o mesmo, porém em escala ampliada, que divide os setores industriais e agrários dentro de um mesmo território nacional. As zonas de produção primária têm uma importância dual para o setor industrial. Se, por um lado, são fornecedoras de alimentos e matérias-primas, representando a oferta para o setor industrial, por outro são também os consumidores dos produtos manufaturados. Portanto, no capitalismo teríamos, constantemente, a violação da proporcionalidade inter-setorial, necessária ao desenvolvimento tranquilo e equilibrado do sistema, dado que o setor industrial cresce de forma mais rápida, produtiva e dinâmica do que o setor agrícola. Assim, ou o setor agrícola não consegue consumir todos os bens produzidos pelo setor manufatureiro, caso em que há superprodução, ou o setor

¹⁴ Kautsky (2004), semelhante a Hilferding, refere-se à fase do capitalismo de livre comércio como sendo pacífica, tendo durado aproximadamente até os anos de 1860/70, quando a Inglaterra era a oficina mecânica do mundo e a configuração de uma divisão internacional do trabalho colocava grande parte das economias do planeta à disposição dos interesses da indústria inglesa hegemônica. O imperialismo era, portanto, o responsável pelo acirramento dos antagonismos, criando um clima de violência e guerra entre os Estados capitalistas. Tal argumento foi duramente criticado por Lenin, que o considerou um marxista renegado, ou um ex-marxista. Lenin, que antes era admirador do trabalho e das convicções de Kautsky, considerava que esta era uma postura pequeno-burguesa, era como defender uma teoria que pretendia abolir os antagonismos, as contradições iminentes do modo capitalista de produção, delegando todos os males comuns do capitalismo a um outro elemento, o imperialismo. Segundo Lenin, a questão não girava em torno de saber se as elucubrações acerca de um super-imperialismo eram concebíveis ou não, pois, teoricamente, tudo é possível de ser imaginado, até mesmo uma fase de “santa” associação mundial entre os magnatas do capital. A crítica maior residia no aspecto oportunista e idealista da proposta de Kautsky, que ignorava os mais graves problemas da atualidade para sonhar com um futuro sem problemas, segundo Lenin, “*uma alienação deliberada para sonhar*”. (Lenin, 1984).

agrícola não consegue oferecer matéria-prima e alimentos na quantidade requerida pela indústria, caso em que se observa a escassez. No sistema capitalista, uma harmonia duradoura entre os setores produtivos, onde ambos produzissem em proporções exatas, é impossível.

Para Kautsky (2004), dado o maior ímpeto em direção à acumulação de capital, a indústria necessita se expandir rapidamente para que sociedade não seja lançada na miséria, pois cabe a este setor garantir a geração de empregos que compensará o desemprego no setor agrícola, que está sempre dispensando mão-de-obra. Considerava, assim, que enquanto na indústria ocorria uma redução relativa de trabalhadores, na agricultura tal redução se dava em termos absolutos. Mesmo quando o campo mantivesse sua população de trabalhadores estacionária, caberia ao setor industrial, ou às cidades, a incumbência de arcar com o crescimento populacional em si, atraindo para a cidade as hordas de trabalhadores egressos do campo.

Para agravar ainda mais o quadro, Kautsky advogava que a produtividade do trabalhador da indústria cresce muito mais rapidamente que a do trabalhador agrícola, o que provoca fortes oscilações nos preços relativos aos dois setores. Torna-se, então, essencial à continuidade do processo de acumulação capitalista, que a indústria continue garantindo empregos a uma população crescente, o que só será possível a partir do momento em que prossiga encontrando novos mercados agrícolas para além das fronteiras distritais, expandindo assim, extensivamente, tanto o consumo dos produtos industriais quanto a oferta de produtos primários, ambos garantidos pelas zonas rurais.

É nesse raciocínio que se enquadra a onda imperialista e, por extensão, a divisão do mundo entre áreas industriais e agrárias, ou, produtoras de bens de produção e de bens de consumo. Se a desproporção setorial é marca registrada da produção em bases capitalistas, evidente que as nações industrializadas precisariam expandir constantemente as áreas agrícolas com o intuito de garantirem certa compensação contra a perda da proporcionalidade produtiva e populacional setoriais. A sobrevivência do capitalismo estaria condicionada à expansão extensiva e crescente do capital por sobre novas zonas agrárias.

Cabe ao grupo formado pelos países industrializados a origem dessa força expansionista em direção aos países essencialmente agrícolas. E uma das formas de manifestação dessa tendência é o imperialismo, assim como outrora já o foi o liberalismo. Kautsky (2009b, p. 471) prefere definir o imperialismo como um “tipo particular de política utilizado pelas frações capitalistas dominantes na fase do capitalismo avançado”, e não como a própria fase. Afirmava que sua definição aproximava-se mais da de Hilferding, pois acreditava que, para este, o imperialismo

era também uma política específica de expansão do capital, a política utilizada pelo capital financeiro¹⁵.

Dessa forma, o mundo capitalista conforma uma clara divisão. De um lado, estão os países capitalistas industrializados, que são as nações mais fortes. A estes, cabe o domínio, a subjugação e a exploração das nações agrárias. Estas, exportadoras de matérias primas, alimentos, minérios e outros artigos necessários à indústria estrangeira, importam os bens de consumo industrializados e de capital, servindo como novos mercados para investimentos dos grandes capitalistas industriais e financeiros.

Há outro ponto importante na perspectiva de Kautsky que não poderia ficar ausente de nossa pesquisa haja vista sua relevância causal para um sistema mundial dividido entre países avançados e atrasados. No momento em que defende que os impulsos para a expansão territorial não se limitam apenas aos objetivos econômicos, do tipo criar ou dominar mercados, mas que também tem raízes nacionalistas e culturais, Kautsky (2004) analisa o conflito na região dos Bálcãs, gerado pela agressão da Áustria contra a Sérvia, numa tentativa de anexar de fato a Bósnia e de trazer a Albânia para dentro da esfera de influência austríaca. Acerca do assunto, o autor marxista pontua que um avanço imperialista somente deve ser empreendido quando se tratar de dominação sobre zonas agrárias que se encontram *culturalmente* bem abaixo do país imperialista e jamais entre países culturalmente próximos e que compartilhem semelhantes nacionalidades ou origens étnicas, como o caso eslavo em questão. Em assim sendo, a consequência será, inevitavelmente, a guerra.

Portanto, torna-se necessário interpretar o significado de *cultura* nesse contexto. No nosso entendimento, a expressão *cultura*, ou *nível cultural* seja em Kautsky (2004), ou principalmente em Bukharin (1984), onde, conforme veremos a seguir, reveste-se de importância ainda maior,

¹⁵ ¹⁵ O capital financeiro, principal categoria teórica de Hilferding (1985), é uma “unificação do capital”, pois reúne os setores dos capitais industrial, comercial e bancário, antes separados, nas mãos, ou sob direção, das altas finanças, por sua vez personificadas na estreita união entre os capitães da indústria e os banqueiros. A concentração de capital daí resultante segrega uma forte e reduzida elite dos negócios, composta por capitalistas industriais e monetários, ou empresários e acionistas, elite esta que está agora em condições de suprimir a livre-concorrência, impor tarifas protecionistas e criar as poderosas associações monopolistas, os trustes e os cartéis, contando para tanto com o poder do Estado que se vê diante de uma nova configuração de forças com a classe capitalista. Os capitais gigantesco resultantes desse processo de fusão entre capitalistas apresentam composições orgânicas bem acima da média e, portanto, apropriam-se de mais-valia dos setores, ou das economias, com menores composições orgânicas do capital. Como os cartéis e trustes, representantes formais do capital financeiro, necessitam satisfazer seus acionistas, sempre ávidos pela manutenção das taxas de lucro, e como também não podem impedir, ou sequer escapar, dos efeitos das crises, passam a lançar mão de expedientes capazes de compensar as circunstâncias desfavoráveis do mercado. Inicia-se, assim, a mais espetacular exportação de capital em todas as suas formas, seja capital industrial, produtor de lucro, seja capital monetário que se encontra supérfluo nos bancos, produtor de juros. A exploração de novos mercados prometia lucros reais e fictícios e, portanto, a expansão por meio de uma política imperialista marca esse novo estágio atingido pelo desenvolvimento capitalista.

encontra-se em associação estreita com *progresso técnico*. Nesses termos, confunde-se com “nível de evolução das tecnologias de produção”, ou ainda, “grau de aperfeiçoamento das forças produtivas”, ambas as expressões utilizadas alternativamente pelo autor, o que pode ser entendido como nível de desenvolvimento técnico do setor industrial de uma nação. Na versão inglesa do artigo *Ultra-Imperialism*, de Kautsky, aparecem os termos *culture* e *culturally*¹⁶. Na tradução para o português (Kautsky, 2009a, p. 463), a expressão “[povos] *culturalmente bem abaixo*” transforma-se em “[povos] *muito menos civilizados*”, e “*povos com a cultura de mesma origem*”, foi traduzida como “[povos com] *semelhante nível de civilização*”. As mesmas congruências entre “*culturalmente elevado*” e “*civilizado*” estarão presentes em Bukharin (1984), onde o mesmo alerta para a importância do termo “*progresso técnico*” nesse entendimento. Portanto, abstraindo-se qualquer conotação antropológica e eliminando comparações semióticas, que nos levariam a discutir agudas diferenças entre várias acepções para o significado de “cultura” e “civilização”, o que passa bem longe da preocupação central tanto nossa, neste artigo, quanto desses teóricos, naquele específico momento histórico, pode-se conceder que, no aspecto econômico, e somente nesse aspecto, ambas as traduções, *cultura* e *civilização*, referem-se a formas mais, ou menos, avançadas de se produzir e extrair excedentes.

Logo, basta seguir a lógica do próprio autor para se constatar que passar para a condição industrial é ascender na escala cultural, algo plausível, por maiores que fossem as dificuldades, para todos os povos que ainda se encontravam na condição de zonas agrícolas, bastando, para tanto, reunir as condições políticas e econômicas necessárias para a concretização do plano industrial. Daí as constantes preocupações do autor em diferenciar o velho do novo protecionismo, a incidência cada vez mais comum dos direitos alfandegários, a prática de *dumping* e a conexão desse tipo de política com a poderosa moda dos trustes e cartéis que invadiam os grandes ramos da produção, tema que recebe capítulo específico na obra de Nikolai Bukharin, como veremos a seguir.

4. A função da periferia na totalidade de Bukharin

De acordo com Corrêa (2012, p. 81), a linha principal da chamada teoria clássica do imperialismo, ou a mais importante corrente analítica desse fenômeno é aquela “chefiada” por Bukharin e Lenin¹⁷, haja vista terem desenvolvido sistematicamente a concepção de que o imperialismo tratava-se de uma nova fase do capitalismo, marcada pelo fim da livre

¹⁶ A frase completa, na versão inglesa, é a seguinte: “*Imperialism could only have powered an internally homogeneous State which attaches to itself agrarian zones far beneath it **culturally**. But here, a nationally divided, half-slavic State wished to pursue imperialism at the expense of a slavic neighbour whose **culture** is of the same origins as the **culture** of the neighbouring regions of its opponent*”. (Kautsky, 2004)

¹⁷ Cf. Lenin (2011)

concorrência, pela era dos monopólios, dos bancos e do capital financeiro, noção esta lançada originalmente por Rudolph Hilferding.

Nikolai Bukharin (1984, p. 7) escrevia acerca da economia mundial num momento em que, segundo relata no prefácio dessa obra, “o socialismo [era] espezinhado pelo capital e pelos traidores socialistas”, prova disso, ter sido ele capturado e preso na Suécia enquanto os manuscritos do artigo eram enviados para a censura militar na Rússia. Quanto ao prólogo, escrito dois anos após, em 1917, este sim experimentava os “ares vitoriosos da revolução socialista”, nesse país. Acreditava que a sociedade capitalista, vendo-se obrigada a produzir conforme as leis cegas do mercado tende a se desenvolver de forma caótica, pois abre mão de sua capacidade de conduzir conscientemente o processo de produção material. Abstraía daí que a guerra torna-se apenas mais um método da concorrência capitalista mundial. Assim como a divisão do mundo pela exploração do capital.

Economia mundial marcada pelo desenvolvimento desigual e desequilibrado das forças produtivas e, por extensão, das trocas e do mercado. Assim como Hilferding e Rosa Luxemburg, Bukharin via a estrutura mundial capitalista pautada numa anarquia profunda, haja vista, o processo da vida econômica consistir “em produzir mais-valia e reparti-la entre os diversos agrupamentos da burguesia, com base na reprodução sempre mais intensa das relações entre duas classes: proletariado mundial e burguesia mundial”. (BUKHARIN, 1984, P. 25-26). Não obstante, e a exemplo de Kautsky, defendia que essa anarquia causava uma desproporção crônica entre os diversos ramos da produção, o que levava, por exemplo, ao desenvolvimento da indústria em um nível muito superior ao da agricultura moderna.

Para ele, na economia mundial, uma das formas da economia social em geral, os países se posicionam conforme a dicotomia campo-cidade baseando-se em dois elementos: primeiro, as dádivas da natureza e, em segundo lugar, porém mais importante, “as condições sociais derivadas da diferença dos níveis de ‘cultura’ e de estrutura econômica, e do grau de desenvolvimento das forças produtivas” (ibidem, p. 18). Esse segundo elemento seria o responsável pelas desigualdades observadas no crescimento das forças produtivas, tendo as condições naturais herdadas pelas regiões, apenas importância relativa. Bukharin afirma que as condições naturais só têm relevo quando “o nível de ‘cultura’ do indivíduo” (ibidem, p. 19, destaque no original) lhe permite aproveitar todas as potencialidades latentes, pois se as condições naturais podem ser consideradas constantes, como num determinado estoque, o nível de cultura é variável, o que permite a expansão, ou ampliação, dos proveitos derivados de uma determinada reserva natural. Daí asseverar que, de acordo com a capacidade cultural, ou as

“condições técnicas e econômicas” de explorar as potencialidades de um mesmo estoque natural, dadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e com base numa divisão geral do trabalho, os países serão contados entre os “industrializados mais desenvolvidos do mundo”, ou, entre “os países agrícolas”, logo, atrasados.

Enquanto os países industriais exportam produtos manufaturados e importam produtos agrícolas, os países agrários fazem exatamente o oposto. Setorização das atividades produtivas resultante da divisão social do trabalho que, num contexto mundial, toma uma forma particular de existência, a divisão internacional do trabalho, capaz de conformar de um lado, um grupo de potências industrializadas e, de outro, uma “*periferia* de países atrasados” ¹⁸ (BUKHARIN, 1984, p. 67, grifo nosso). Chega a afirmar que o entendimento que se guarda acerca da relação cidade e campo dentro de um mesmo país vale igualmente para o cenário mundial. Daí, os países industriais representam a cidade, enquanto os países agrários, o campo.

Não sendo possível analisar o desenvolvimento econômico burguês pela ótica das nações isoladas, fechadas, toda tentativa de explicar aquele específico momento histórico deveria partir de um contexto de economia mundial, e não nacional. Portanto, foi um dos primeiros teóricos a propor a necessidade de uma análise da totalidade, da economia mundial e não apenas de cada uma de suas partes, ou nações isoladas. Por isso, as lutas entre os Estados nacionais, e também os atritos imperialistas daí decorrentes, serem apenas uma ampliação, para a arena mundial, da luta entre grupos da mesma ordem da burguesia.

Mas, vejamos por que a relação de desigualdade entre as nações tenderia a se perpetuar, na visão de Bukharin. Dada a interdependência criada pelas trocas, num mercado mundial estabelecem-se preços mundiais. Como os países não trocam apenas produtos distintos, mas concorrem pela venda de produtos similares, os custos de produção tornam-se os sinalizadores da quantidade de trabalho que, no interior de cada país, é necessária para a produção de determinado quantum daquele produto. Mas, dado que os preços são mundiais, esses igualam as quantidades individuais de trabalho em uma quantidade social média de trabalho. Os países detentores das forças produtivas mais evoluídas, cujos capitais apresentam maiores composições orgânicas, serão aqueles que tratarão de baixar essa média, impingindo duras perdas aos países cujas técnicas de produção estejam num nível mais atrasado.

¹⁸ Vale ressaltar que das leituras dos teóricos contemporâneos a Nikolai Bukharin por nós realizada, o marxista russo é o primeiro a utilizar a expressão *periferia* para se referir ao grupo de países atrasados ou, na sua concepção, aos países essencialmente agrícolas.

Em busca de regiões capazes de propiciar taxas maiores de lucro, o capital flui dos países mais desenvolvidos, que apresentam, portanto menores taxas de lucro, para aqueles menos desenvolvidos, cujos setores produtivos apresentam relações mais intensivas em trabalho do que em capital na tentativa de contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro. O capital passa então a ser exportado tanto como capital-juro quanto capital-lucro, tomando o capital financeiro a sua forma mais “penetrante” e os trustes e cartéis como seus representantes.

Cada Estado capitalista, tomando partido de suas burguesias já desenvolvidas, cria uma tendência a transformar toda a economia nacional como se fosse uma gigantesca empresa. Interesses privados tomam forma de interesses nacionais. Formam-se os trustes de capitalistas nacionais que, em lugar dos países, começam a concorrer no mercado mundial. Essa forma agressiva do capital financeiro de expandir as fronteiras para seus ganhos por sobre o maior território econômico possível necessita de uma política de conquista, essencialmente baseada na força militar, o que caracteriza o imperialismo e o define como categoria histórica, peculiar dessa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo (ibidem, p. 71), onde uma série de contradições já plenamente desenvolvida no seio da sociedade capitalista gera um fenômeno específico.

Por isso, pode-se afirmar que análise que Bukharin faz do imperialismo define a forma como o marxista russo entende a divisão do mundo entre ricos e pobres, conquistadores e subjugados do capitalismo mundial. Dadas as necessidades de: salvaguardar mercados para produtos, matérias-primas e investimentos de capital; buscar superlucros quando em intercâmbio com países menos avançados industrialmente; garantir monopólios e barreiras alfandegárias nos novos mercados conquistados; travar acirrada concorrência com outros países desenvolvidos pela supremacia sobre os países atrasados; em todos esses casos, as nações mais desenvolvidas apelam para a expansão econômica sem limites como forma de amenizar os antagonismos internacionais e reservar para si uma parcela da periferia.

No decorrer dos últimos anos, o capitalismo mundial, sistema de produção mundial, adquire, assim, o aspecto seguinte: alguns corpos econômicos organizados e coerentes (grandes potências civilizadas) e uma **periferia** de países retardatários (ainda sob regime agrário ou semi-agrário). (BUKHARIN, 1984, p. 67, grifo nosso).

Imprescindível salientar que “*corpos organizados e coerentes*”, para o autor, refere-se às “peças” desse sistema econômico mundial que já se encontram sob uma organização cartelizada, livres da anarquia da concorrência, cujas empresas combinadas, ou associadas eliminam riscos e estabelecem interesses comuns entre elas e os bancos que as financiam. Da anarquia e incerteza

da concorrência, típicas do modelo de livre comércio, para a organização e a coerência da centralização, nessa era de imperialismo capitalista.

Note-se a coincidência entre “corpos econômicos organizados e coerentes” e “grandes potências civilizadas”. “Civilização” pautada no nível do progresso técnico conduz a que os povos mais industrializados, cujas unidades produtivas estivessem organizadas em tornos de cartéis e livres da concorrência desestabilizadora, comporiam um dos lados da divisão da economia mundial. Do outro, estão os países retardatários, aqueles que ainda não alcançaram o nível de “civilização” adequada ao desenvolvimento industrial e que, consequentemente, vivem sob a égide de regimes agrários ou semi-agrários, em suma a periferia do sistema.

Assim, destacam-se, da contribuição de Bukharin, três elementos analíticos inovadores que surgem a partir de sua investigação sobre a dinâmica da economia mundial e do imperialismo e que se completam num esquema teórico explicativo. Primeiramente, a perspectiva da economia mundial como um todo, i.e., a totalidade como unidade de análise, abandonando a investigação das economias nacionais isoladamente, alegando para isso, que as consequências das ações nacionais devem ser avaliadas num contexto bem mais amplo, em meio à luta violenta travada pelos grupos econômicos e pelas nações no mercado mundial. O segundo elemento, a conformação de um sistema mundial que reservava lugar de existência a uma periferia do mundo, formada pelos países agrários ou semi-agrários, retardatários na aplicação dos progressos técnicos em seus setores industriais. Tal periferia seria facilmente subjugada pelas “grandes potências civilizadas”, ávidas para dali extraírem taxas mais elevadas de mais-valia. Terceiro elemento, extraído explicitamente de Marx, refere-se ao lucro suplementar auferido pelas grandes potências em suas relações econômicas com países que apresentam um nível inferior de evolução das técnicas produtivas o que garantia aos primeiros, a venda dos produtos de suas manufaturas, nos países atrasados, a um preço acima de seu valor, porém, abaixo do preço praticado nestes últimos.

Como os capitalistas, em face da concorrência mundial, procurariam mais-valia adicional e locais onde capitalizar tal excedente, visando garantir reprodução ampliada do capital, a periferia de Bukharin, dada a baixa composição orgânica do capital, teria a função de gerar lucros capazes de contrarrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, uma vez que as condições particulares de produção e produtividade do trabalho, encerradas nas economias nacionais, não mais determinavam a taxa de lucro, mas sim, as condições gerais de produção e produtividade, determinadas pelo mercado mundial.

Antes de finalizar, torna-se necessário levantar uma importante questão, convenientemente salientada por Brown (1978, p.60 et. seq.). Percebe-se que nos argumentos tanto de Marx como daqueles por ele influenciados, há uma evidente noção de exploração que permeia a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou ainda que o avanço do sistema capitalista ao invés de desenvolver as regiões que alcança pode, de fato, retardá-las ou atrasá-las. Mas, deve-se ter sempre em mente que, para Marx, “esse é apenas um aspecto do conflito geral, por todo o mundo capitalista” (ibidem, p. 61), pois a produção antecede as relações de troca, sendo a taxa de acumulação de capital a variável independente no modelo marxista. Assim sendo, trate-se de país rico ou pobre, os trabalhadores do mundo todo têm um explorador em comum, portanto, seria um erro definir um sentido único da exploração se tomarmos como base de análise a concepção de Marx acerca do desenvolvimento capitalista mundial

5. Considerações finais

Entre os argumentos aqui analisados, notamos que elementos presentes entre os teóricos marxistas do imperialismo sobrevivem nas análises dos teóricos desenvolvimentistas que, especialmente a partir de meados do século XX, tratarão de sedimentar uma concepção de desenvolvimento do capitalismo pautada na desigualdade das condições de vida das massas dos países centrais e periféricos. Sem pretender esgotar as possibilidades, destacamos: a percepção sobre a importância do progresso técnico para os níveis de produtividade e suas consequências diversas sobre os níveis de preços dos produtos industriais e agrícolas; a transferência de lucros da periferia para o centro; a falência da divisão internacional do trabalho como promessa de desenvolvimento mundial equilibrado; a abordagem a partir da totalidade do sistema capitalista mundial enquanto unidade de análise; a existência de dicotomias como campo-cidade e indústria-agricultura as quais, baseadas nos diferentes níveis de produtividade do trabalho, mostravam-se geradoras de desequilíbrios para o desenvolvimento econômico; a dificuldade de implantação de uma política industrial por parte dos países periféricos dados os interesses dissonantes e particularistas de grupos da burguesia central e mesmo periférica; a expansão massiva do capital industrial e financeiro sobre a mais vasta região do globo; a necessidade de se romper com o ciclo histórico de dominação econômica; e até mesmo, certo imperativo tecnológico que depositava no progresso técnico as condições do desenvolvimento econômico.

No entanto, apesar da identificação do processo de subdesenvolvimento no avanço do capitalismo via expansão marcadamente imperialista, bem como da relação de dominação e subjugação subjacentes a esse movimento expansionista do capital, não existiu, entre os

primeiros teóricos marxistas do imperialismo uma abordagem sistemática voltada para os problemas específicos das regiões atrasadas, permanecendo apenas um olhar geral.

O período entre guerras, momento de uma reconfiguração das forças econômicas e políticas no cenário mundial, marcado pela maior crise do sistema capitalista até então observada, e a recuperação econômica dos EUA após a Segunda Grande Guerra evidenciam fragilidades e reascendem a questão da persistência do subdesenvolvimento apesar da concomitante era dourada que aquele momento havia reservado a algumas nações. Se os antagonismos do capitalismo pareciam resolvidos para alguns, para a esmagadora parte da população mundial nada parecia ter mudado. Esse incômodo sentimento causado pela ausência de uma explicação objetiva para a desigualdade econômico-social entre os povos levará alguns pesquisadores a romperem o silêncio e começarem a investigar os problemas que poderiam ser responsabilizados pelo bloqueio do desenvolvimento capitalista em países que permaneciam subdesenvolvidos.

Dentre esses esforços, destaque deve ser dado à contribuição original de Raúl Prebisch, teórico que se antecipa em tratar de analisar um a um, os problemas característicos da América Latina, enquanto zona periférica, e que estavam a impedir o desenvolvimento econômico dessas regiões em bases capitalistas. Defendendo antes a perpetuação do que a eliminação do regime de produção pautado na propriedade privada, e uma forte participação estatal na economia, seu pensamento irá marcar a sistematização de uma concepção centro-periferia que, a partir de então, seria adotada por diferentes teóricos e correntes de pensamento que buscassem entender a dinâmica do subdesenvolvimento capitalista, tais como Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Arghiri Emmanuel, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Samir Amin, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi entre tantos outros.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Glaudionor Gomes. **Imperialismo, capitalismo e burguesia**: revisitando as contribuições teóricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt. Bogotá: Universidad de los Andes, July/dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-6122009000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 11 nov. 2012

BOTTOMORE, Tom. **Introdução à edição inglesa**. In: HILFERDING, Rudolph. Capital financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Introdução, p. 9-25.

BRYAN, Richard. **The state and the internalization of the capital**: an approach to analysis. Journal of Contemporary Asia. V.17, Issue 3, 1987. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00472338780000191>. Acesso em 21 de setembro de 2012.

BROWN, Michael Barratt. **A economia política do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CONANT, Charles A. **The economic bases of 'imperialism'**. The North American Review. Vol. 167, N°. 502, p. 326-340, september, 1898. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25119063?seq=1>. Acesso em: 11 nov. 2012.

CONDORCET, Jean Antoine Nicolas de Caritat; BARNES, Domingo. **Bosquejo de un cuadro historico**: de los progresos del espiritu humano. Madrid: Calpe, 1921.

CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. Revista de Economia, v. 35, n. 2 (ano 33), p. 107-135, maio/ago. 2009. Editora UFPR

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. **Teorias do imperialismo no século XXI**: (in)adequações do debate no marxismo. 2012. 236 f. Tese (Doutorado em Economia). Programa de pós-graduação em economia da Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a Contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo; Expressão Popular, 2007, p. 271-283.

FRANK, André Gunder. **Do subdesenvolvimento capitalista**. Lisboa: Edições 70, 1970.

GOLLWITZER, Heinz. **Imperialismo europeu: 1880-1914**. Lisboa: Editorial Verso, 1969.

GOROSTIZA, José Luis Ramos. Schumpeter y el imperialismo. **ICE Revista de Economia**. Madrid, n. 845, p.107-119, nov./dic. 2008. http://www.revistasice.com/cache/pdf/ICE_845_107-119_9B67DE793179980C7F022_E2F687D87FB.pdf. Acesso em: 10 dez. 2012.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. **O negativo do Capital**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1998.

HILFERDING, Rudolph. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios 1875-1914**. 13ª ed. Revista. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSON, John Atkins. **Imperialism, a study**. Marxist's Internet Archive, 2002. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

HOBSON, John Atkins. A principal raiz econômica do imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 417-437.

KAUTSKY, Karl. **The Dictatorship of the Proletariat**. National Labour Press, 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1918/dictprole/index.htm>. Acesso em: 8 set. 2012.

KAUTSKY, Karl. **Ultra-imperialism**. Social Democrat, n. XXVII, jul.-dec. 1914. Marxists Internet Archive, 2004. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/xx/finance.htm>. Acesso em 05/12/2012.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo (1914). In: Teixeira, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009a. p. 443-463.

KAUTSKY, Karl. Dois artigos para uma revisão (1915). In: Teixeira, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009b. p. 464-489.

KAUTSKY, Karl. **Imperialism and war**. International Socialist Review, november, 1920. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>. Acesso em: 03 ago. 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LANDES, David. **A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LENIN, Vladimir Ilitch. Prefácio. In: BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Série Navegando. Campinas: Unicamp, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Obras escolhidas de V. I. Lenin. Editorial Avante, 1977, p. 1-75.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1983a. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1983b. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1984a. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1984b. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Sobre el colonialismo. Córdoba: **Cuadernos de Pasado y Presente**, 1973.

MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, 2005. 3. v.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Vitória, 1961. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 3.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTICK, Paul. **Karl Kautsky: de Marx a Hitler**. 1939. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/mattick/1939/mes/kautsky.htm>. Acesso em: 4 jan. 2012.

MUSSE, Ricardo. Kautsky e a revolução de 1905. **Revista Crítica Marxista**, UNICAMP, n. 21, p. 154-166, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-musse.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ROBBINS, Lionel. **Economic planning and international order**. London: Macmillan and Co. Limited, 1938. Disponível em http://203.200.22.249:8080/jspui/bitstream/1701/1/Economic_planning_and_international_order.pdf. Acesso em 14/ dez/ 2012.

ROBINSON, Joan. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROWNTREE, Seebohm. **Poverty: a study of town life**. London: Macmillan and Co. 1902. Disponível em <http://www.archive.org/stream/poverty00unkngoog#page/n146/mode/2up>. Acesso em 15/out/ 2011

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHUMPETER, Joseph A. **Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process**. New York; London: McGraw-Hill, 1964.

SWEEZY, Paul. Introdução. In: Shumpeter, J. A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961